

Retratos do Mundo Contemporâneo

Este livro apresenta uma seleção de artigos escritos pelo autor nos últimos 15 anos para várias publicações, em especial para o jornal *Mundo – Geografia e Política Internacional*. Alguns desses artigos foram aqui reproduzidos porque mantiveram sua atualidade ou são atemporais; outros tiveram de ser atualizados.

Os temas abordam questões geopolíticas, ambientais, econômicas e culturais do mundo e do Brasil e podem ser lidos independentemente da sequência em que estão apresentados.

O objetivo é que o leitor, que desconhece ou teve contato superficial com os assuntos contidos no livro, possa compreender melhor essa "metamorfose ambulante" que é o mundo contemporâneo.



Nelson Bacic Olic



Retratos do Mundo CONTEMPORÂNEO

SUMÁRIO

Introdução

Questões e visões do mundo atual

A civilização islâmica	10
Alicerces e evolução da civilização ocidental.....	14
A hegemonia dos Estados Unidos no mundo contemporâneo.....	18
Irã e Iraque: semelhanças e diferenças.....	22
Afganistão: o país e suas guerras	24
Os Estados Unidos e as outras potências	32
Caxemira: conflito no “teto” do mundo	33
África: novos conflitos, novos personagens.....	36
A Chechênia, o Cáucaso e a Rússia.....	39
A natureza, a história e as regionalizações da Europa.....	44
A invenção dos Estados na África ocidental	46
Terrorismo, a grande ameaça	49
Aquecimento global acirra disputas no Ártico.....	51
A Europa testa seus limites	54
Geopolítica da Oceania.....	58
Cenários prováveis para o Oriente Médio.....	61
Petróleo e gás: um novo jogo na Ásia Central	63
Energia e desenvolvimento	67
A economia mundial e seus nervos de aço	70
Estados Unidos e a América Central	
a caminho da integração econômica	74
Aquecimento global, a grande ameaça	76
Água na Índia e na China: abundância ou escassez?	78
Mar de Aral: uma catástrofe anunciada	81
O alfabeto, as tempestades e os furacões.....	84

Impactos ambientais na China	86
“Tsunami”: a onda mortal.....	87
População mundial: previsões para o século XXI	89
China: novas ameaças demográficas.....	92
Fluxos migratórios contemporâneos	94
Estados Unidos, potência demográfica.....	98

Aquarelas brasileiras

Agropecuária e espaço rural no Brasil	104
América do Sul: integração a todo gás.....	106
A geografia dos <i>Shopping Centers</i> no Brasil	109
A bacia Platina e as relações Brasil – Argentina.....	111
A questão nordestina: permanências e mudanças	114
Amazônia: desmatamento e novas formas de ocupação	118
Mudanças no mundo rural.....	121
A polêmica transposição do São Francisco	123
Os caminhos da soja.....	126
Raízes das desigualdades sociais no Brasil.....	131
Brasil: recursos hídricos e população.....	134
Os rumos do comércio exterior.....	135
Um quarto de século perdido.....	138
Sul do Brasil: evolução demográfica	140
Amazônia: dos fortes portugueses ao SIVAM	143
A polêmica sobre hidrelétricas na Amazônia.....	147
O Brasil e a bioeletricidade.....	150
Há conflito entre a produção de alimentos e combustíveis?	153
São Paulo e a desconcentração concentrada da economia.....	153
Bandeira, símbolo de identidade.....	158

QUESTÕES E VISÕES DO MUNDO ATUAL

**Aquecimento global
e as disputas no Ártico**

**A hegemonia dos
Estados Unidos
no mundo
contemporâneo**

**A natureza, a história
e as regionalizações
da Europa**

**Estados Unidos
e América Central
a caminho
da integração
econômica**

**África:
novos conflitos,
novos personagens**

Petróleo e gás: um novo jogo na Ásia Central

**Terrorism
Has No Religion**

**Irã, Iraque,
Afeganistão:
prováveis cenários
para o Oriente Médio**

**Geopolítica
da Oceania**

A civilização islâmica

A área abrangida pela civilização islâmica, muçulmana ou maometana corresponde a todos os países do Oriente Médio (à exceção de Israel) e da África do Norte e a parcelas significativas do subcontinente indiano, da Ásia central (inclusive o noroeste da China) e do sudeste asiático (Indonésia e Malásia, principalmente). Além disso, sua influência projeta-se até alguns espaços da África subsaariana e do sudeste da Europa. Contudo, suas áreas nucleares correspondem ao Oriente Médio e à África do Norte. Atualmente, 62 países são reconhecidos como componentes dessa civilização.

Seu elemento central é a região islâmica que, identifica a própria entidade cultural. Apesar de a civilização muçulmana ter-se originado no mundo árabe, ela se estende muito além dos seus limites.

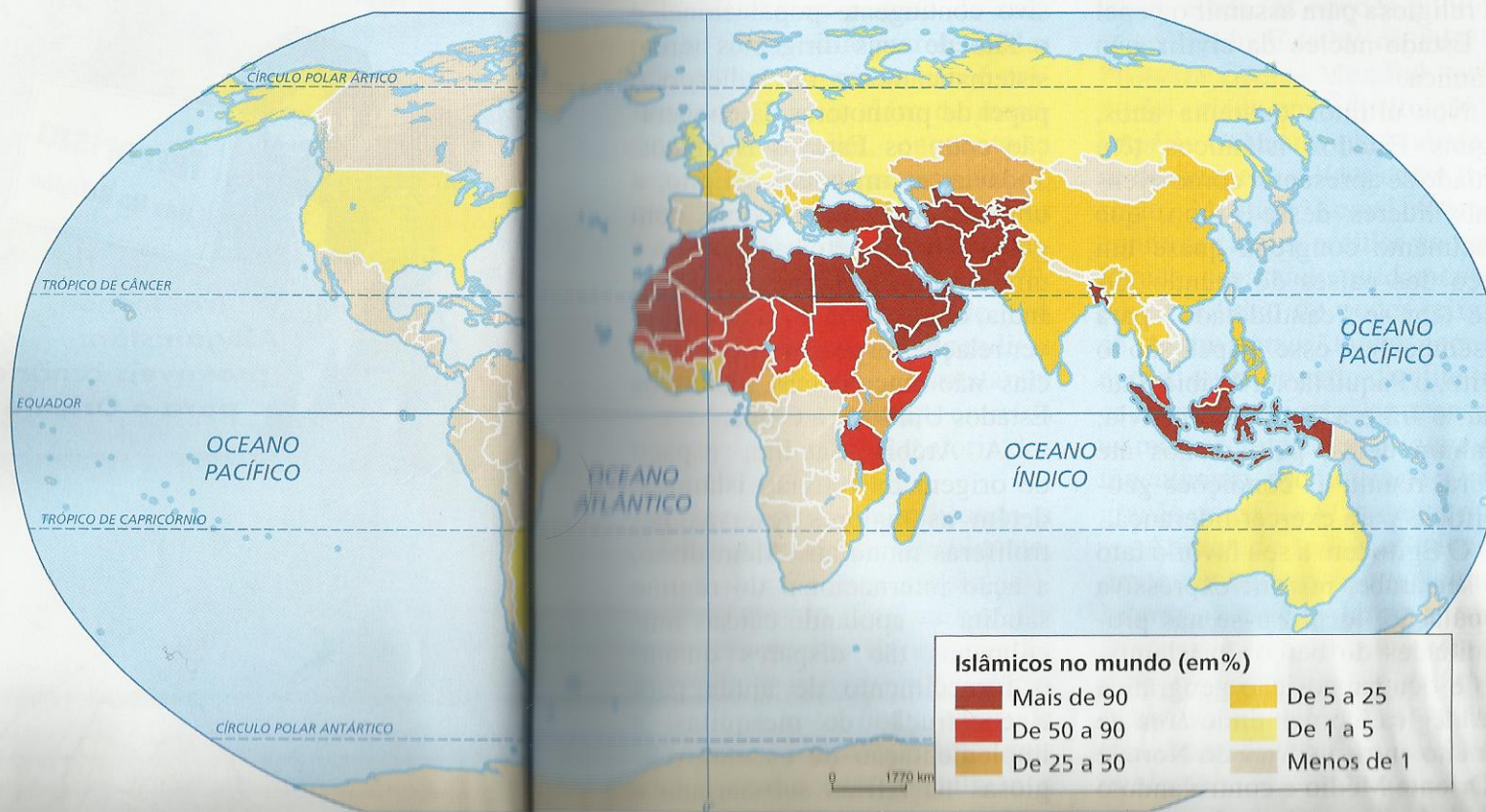
Fundado no século VII por Maomé em territórios da península Arábica — que atualmente correspondem a terras da Arábia Saudita, onde estão as cidades santas de Meca e Medina —, o islamismo se expandiu rapidamente num processo de conquista e domínio de outros povos.

A concepção do islamismo como comunidade religiosa e política fez com que, no passado, os Estados-núcleos tivessem surgido apenas quando a liderança política e a religiosa se combinavam numa só instituição governante. A conquista árabe do Oriente Médio e da África do Norte, no século VII, deu-se com a formação do califado omíada; da Europa, no século seguinte, com o califado abássida e com

califados secundários (Cairo e Córdoba), no século X. Cerca de quatro séculos mais tarde, os otomanos — após conquista de amplas áreas do Oriente Médio e da tomada de Constantinopla em 1453 — estabeleceram um novo califado. O domínio de áreas extensas do mundo muçulmano, inclusive aquelas de origem da religião, qualificou o Império Otomano como o Estado-núcleo do Islã.

A expansão da civilização ocidental europeia, especialmente a partir do século XVI, foi erodindo lentamente as bases de sustentação otomana. Mais tarde, já no início do século XX, quando a República da Turquia veio a substituir o desintegrado Império Otomano, o Islã deixou de ter um Estado-núcleo.

No Oriente Médio, os territórios perdidos pelos otomanos, em função dos acordos imple-



O mundo islâmico e os islâmicos do mundo

mentados ao final da Primeira Guerra Mundial, foram divididos e passaram a integrar os domínios coloniais da Grã-Bretanha e da França. As fronteiras artificiais criadas pelas potências europeias vencedoras do conflito geraram, nas décadas posteriores, Estados frágeis, idealizados segundo modelos ocidentais, estranhos às tradições islâmicas. Essa circunstância contribuiu para que nenhum país tivesse poder ou legitimidade cultural ou religiosa para assumir o papel de Estado-núcleo da civilização islâmica.

Nos últimos quarenta anos, alguns Estados islâmicos têm tentado se apresentar como eventuais líderes desse grupo, que atualmente congrega quase um terço dos países do mundo. Os que têm se "candidatado" para desempenhar esse papel são o Egito, o Paquistão, a Arábia Saudita, o Irã e a Turquia. Todavia, nenhum deles, pelo menos até agora, reuniu as condições geopolíticas para exercer liderança.

O Egito tem a seu favor o fato de ser árabe, possuir expressiva população, localizar-se nas proximidades do berço do islamismo e ocupar posição geográfica estratégica, constituindo área de contato entre a África do Norte e o Oriente Médio e controlando o canal de Suez. Contudo, pesam contra ele a pobreza, as grandes

desigualdades sociais, a dependência econômica e militar em relação tanto aos países árabes ricos em petróleo como ao Ocidente. Os Estados Unidos consideram o Egito um de seus aliados mais importantes e confiáveis no mundo árabe-muçulmano e, por isso, o regime egípcio é olhado com desconfiança por setores de sua própria sociedade como também por vários países islâmicos.

O Paquistão apresenta, como condições favoráveis, um expressivo contingente populacional e o fato de seus dirigentes terem sistematicamente reivindicado o papel de promotores da cooperação entre os Estados islâmicos. Todavia, assim como o Egito, é um país ainda muito pobre, com graves divisões étnicas internas e uma rivalidade permanente com a Índia, o que o conduz a desenvolver relações especiais com potências não-muçulmanas, como os Estados Unidos e a China.

A Arábia Saudita, espaço de origem da religião islâmica, detém as maiores reservas petrolíferas mundiais. Além disso, a ação internacional do regime saudita — apoiando causas muçulmanas tão díspares quanto o fornecimento de ajuda para a construção de mesquitas, a implementação de escolas religiosas na África subsaariana e o financiamento de grupos extremistas islâmicos — conferiu

certo prestígio a esse reino quase feudal do golfo Pérsico. Entretanto, sua pequena população e sua vulnerabilidade geográfica fazem com que dependa do Ocidente, especialmente dos Estados Unidos, para sua segurança contra os inimigos internos (a minoria xiita) e os externos (Irã e Iraque).

O Irã apresenta extensão territorial e população significativas, importantes tradições histórico-culturais e viabilidade econômica, em virtude de suas vastas reservas de petróleo. Mas a população iraniana não é árabe, e sim persa, além de majoritariamente xiita, enquanto a maior parte dos muçulmanos do mundo é sunita. Depois que os fundamentalistas islâmicos chegaram ao poder no Irã, em 1979, as exortações radicais de seu clero, no sentido de expandir a revolução religiosa, assustaram e geraram desconfiança entre os regimes políticos da maioria dos países muçulmanos.

Finalmente, reivindicando a liderança do mundo muçulmano, está a Turquia, herdeira do antigo Império Otomano e que foi o Estado-núcleo da civilização islâmica durante séculos. Além disso, tem a seu favor o fato de ser o único Estado a manter amplos vínculos com muçulmanos

dos Bálcãs (Bósnia, Albânia, Bulgária), do Oriente Médio, da África do Norte e das antigas repúblicas soviéticas da Ásia central, como o Turcomenistão.

Mas ela tem contra si a profunda cooperação político-militar com o Ocidente, participando há mais de quarenta anos da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e almejando, há décadas, fazer parte da União Europeia. Uma hipotética liderança da república turca tem contra si, ainda, as opções políticas originais do Estado: no final da Primeira Guerra Mundial, quando foi criada em substituição ao Império Otomano que acabara de se desintegrar, o líder dessa transição, Mustafá Kemal Atatürk, conferiu caráter secular ao novo Estado, separando nitidamente o poder político do poder religioso. Assim como Atatürk naquela época, a maior parte da elite turca atual gostaria de ver apagadas as marcas do passado otomano e muçulmano, promovendo a integração do país ao Ocidente.

Apesar de tudo, e independentemente do país que venha a liderar o mundo islâmico, ou da ausência perene de um Estado-núcleo, a civilização islâmica constitui um desafio permanente à hegemonia da civilização ocidental.

Alicerces e evolução da civilização ocidental

Após a intervenção norte-americana no Iraque, em 2003, cresceu em todo o mundo, especialmente no interior do mundo islâmico, sentimentos e movimentos antinorte-americanos e antiocidentais. Nesse contexto, retomou-se a discussão sobre o conflito de civilizações, tese desenvolvida nos anos 1990 pelo pensador norte-americano Samuel Huntington, em seu livro *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*.

Desde a Antiguidade, sangue, língua, religião e estilo de vida, entre outros fatores de menor importância, distinguem uma civilização de outra. Assim, uma civilização se diferencia de outra não só por suas características sociais, culturais e históricas, mas também pela identificação subjetiva das pessoas que se julgam a ela pertencer.

As civilizações não têm fronteiras estáticas. Os povos que as compõem podem redefinir suas identidades e, com isso, alterar a composição e os limites da civilização. Sem nenhuma dúvida, as civilizações são fenômenos histó-

ricos, sendo também as mais duradouras das associações humanas. Diferentemente dos impérios e dos Estados em geral, elas sobrevivem às convulsões políticas, sociais e econômicas. Elas existirão por mais tempo se permanecerem certas ideias fundamentais, em torno das quais sucessivas gerações se identificam.

As civilizações não são entidades políticas, mas podem conter em seu interior diversas unidades políticas. Estas, ao longo da história, foram cidades-estados, impérios, federações, confederações e Estados-nações e existiram sob as mais variadas formas de governo. Enquanto uma civilização evolui, ocorrem transformações na quantidade e na natureza das entidades políticas que delas fazem parte.

Muitas das civilizações atuais são compostas por mais de uma entidade política. Algumas delas possuem um Estado-núcleo ou país líder, caso da China para a civilização chinesa e da Índia para a civilização hindu. A chamada civilização ocidental sempre abrigou grande número de entidades políticas, mas pequeno número de Estados-núcleos, cuja influência variou ao longo do tempo.

Durante seu apogeu, entre os séculos XV e XVIII, o Império Otomano poderia ser considerado um Estado-núcleo da civilização muçulmana. Com sua posterior decadência e desaparecimento,

no início do século XX, logo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não houve mais um Estado-núcleo da civilização islâmica. Como as civilizações têm uma espécie de “ciclo de vida”, muitas delas desapareceram ao longo da história, mas deixaram inúmeros vestígios de sua existência, cujos impactos culturais podem ser sentidos na atualidade. Por exemplo, não há nenhuma dúvida sobre a importância das civilizações grega e romana para a atual civilização ocidental.

Especialistas em estudos sobre civilizações têm opinião bastante diferente quanto ao número das civilizações que já existiram. Num aspecto, porém, todos concordam: existiram ao longo do tempo importantes civilizações que se localizaram em todos os continentes, envolvendo os mais diferentes étnicos. Isso elimina qualquer dúvida sobre o fato de que ser “civilizado” não é privilégio de um único grupo humano, cultura ou religião, nem permite imaginar que esse agrupamento tenha alcançado certo patamar de evolução civilizacional por se localizar numa determinada porção geográfica da superfície do planeta.

A civilização ocidental

Originária da Europa, a civilização ocidental é herdeira das civilizações clássicas da Grécia e de

Roma. Atualmente, além da Europa, fazem parte dela a América anglo-saxônica, a Austrália e a Nova Zelândia. De maneira geral, quando usado nos dias atuais, o termo “ocidental” designa fundamentalmente a Europa (especialmente a sua porção centro-ocidental) e a América anglo-saxônica. Todavia, não são poucos os que consideram a América Latina também pertencente à civilização ocidental, já que todos os atuais Estados dessa região foram colonizados por países da Europa Ocidental. Mas é também cada vez maior o número de especialistas que classifica a latino-americana como uma civilização com características distintas, especialmente devido às fortes influências culturais indígenas e negro-africanas. Da mesma forma, a Rússia e países de religião cristã ortodoxa da Europa oriental e Europa balcânica são considerados partes distintas da civilização ocidental, justamente em função de suas características culturais e das tradições históricas eslavas e ortodoxas.

A civilização ocidental surgiu a partir dos séculos VIII e IX, mas, ainda por longo tempo, foi bem menos desenvolvida econômica e tecnologicamente, se comparada com outras, como a islâmica, a hindu e a chinesa.

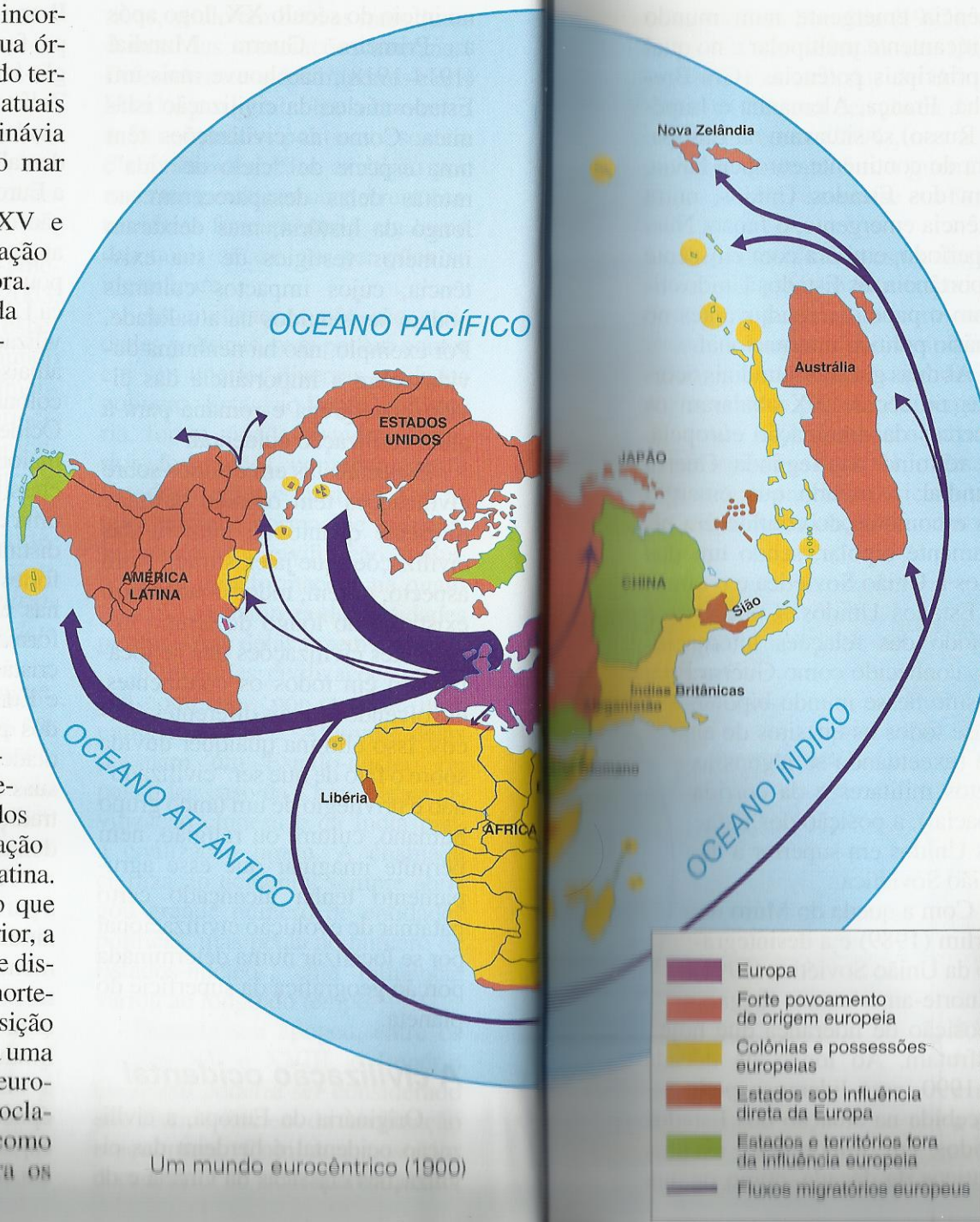
Entre os séculos XI e XIII, época na qual ela estava restrita espacialmente à parte ocidental do continente europeu, começou

um processo gradativo de incorporação de novas áreas à sua órbita de influência, envolvendo territórios correspondentes às atuais Hungria, Polônia, Escandinávia e aos das proximidades do mar Báltico.

A partir dos séculos XV e XVI, a expansão da civilização ocidental foi avassaladora. Da chamada Reconquista da Península Ibérica, passando pelo ciclo da expansão marítima de Portugal e da Espanha, até aproximadamente a metade do século XVIII, a colonização mercantil europeia incorporou aos domínios da civilização ocidental todo o continente americano e parcelas territoriais consideráveis da Ásia.

No final do século XVIII e no início do XIX, houve retração da influência geopolítica europeia, com a independência dos Estados Unidos e, em seguida, a descolonização da maior parte da América Latina. Nessa época, talvez mais do que em qualquer momento posterior, a Europa e os Estados Unidos se distanciaram, pois a república norte-americana declarava sua oposição ao colonialismo e desenvolvia uma visão de mundo oposta à da europeia. A Doutrina Monroe, proclamada em 1823 e que tinha como frase-síntese "a América para os

Um mundo eurocêntrico (1900)



Fonte: Atlas des Européens, Gerard Chaland et Jean-Pierre Rageau, Fayard, Paris, 1989, p. 87

americanos”, assinalava essa cisão que, ao longo do tempo, iria se mostrar temporária.

A influência cultural e o poder geopolítico dos europeus renovaram seu ímpeto de expansão quando, na segunda metade do século XIX, quase todo o continente africano, que também já contava com possessões espanholas e portuguesas, foi incorporado aos impérios britânico, francês, alemão, belga e italiano. Na mesma época, consolidava-se o controle ocidental sobre o subcontinente indiano, a Indochina e outras partes da Ásia. Em 1874, mais de 65% das terras habitadas do planeta encontravam-se sob a influência direta da civilização ocidental, parcela que aumentou para cerca de 85% às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

Durante sua secular e contínua expansão, os ocidentais virtualmente eliminaram as civilizações ameríndias. Além disso, as culturas indiana, islâmica e africana foram subjugadas, e a chinesa foi subordinada aos “desejos” ocidentais. Somente as civilizações japonesa, russa e etíope conseguiram, parcialmente, escapar ao ímpeto expansionista do Ocidente. As principais ideologias e doutrinas políticas dos séculos XIX e XX — o liberalismo, o anarquismo, o socialismo, o nazifascismo, o comunismo e o nacionalismo — foram produtos da civilização ocidental.

A hegemonia dos Estados Unidos no mundo contemporâneo

Não há dúvida de que os Estados Unidos representam hoje a maior potência econômica, financeira, militar, tecnológica e cultural do planeta. Talvez, em nenhuma outra época da história da humanidade, um país tenha tido tanto poder quanto aquele que a nação norte-americana usufrui na atualidade.

Os Estados Unidos constituem-se, na atualidade, na única nação do mundo capaz de atuar em qualquer parte do mundo, de forma direta (com o uso de tropas) ou indireta (usando de pressões econômicas ou diplomáticas), onde seus interesses econômicos ou estratégicos estiverem porventura sendo ameaçados. As recentes intervenções no Afeganistão e no Iraque ilustram o primeiro tipo de atuação. As pressões sobre Cuba, Coreia do Norte e Irã exemplificam o segundo caso.

Todavia, esse domínio global dos Estados Unidos é fruto de uma evolução geopolítica peculiar. Assim, há cerca de cem anos, os Estados Unidos eram apenas uma

potência emergente num mundo politicamente multipolar e no qual as principais potências (Grã-Bretanha, França, Alemanha e Império Russo) se situavam na Europa. Fora do continente europeu havia, além dos Estados Unidos, outra potência emergente, o Japão. Nesse período, embora com crescente importância, os Estados Unidos tinham o papel de coadjuvantes no cenário político internacional.

As duas guerras mundiais ocorridas no século XX abalaram os alicerces da dominação europeia. Ao término da Segunda Guerra Mundial, o mundo que emergiu dos escombros do conflito era nitidamente bipolar, sendo um dos polos a União Soviética e o outro, os Estados Unidos. Começava o período das relações internacionais conhecido como Guerra Fria. Mesmo nesse mundo bipolar, em quase todos os quesitos de análise (excetuando-se alguns aspectos militares e da corrida espacial), a posição dos Estados Unidos era superior à da União Soviética.

Com a queda do Muro de Berlim (1989) e a desintegração da União Soviética (1991), os norte-americanos chegaram à posição de liderança que hoje desfrutam. Ao longo da década de 1990, essa liderança pode ser percebida na atuação dos Estados Unidos em importantes eventos políticos da década, como os que

ocorreram na Somália (1992), nas tentativas de solução da Questão Palestina (acordos de Oslo de 1993 e 1995), na derrubada da ditadura do Haiti (1994), nos acordos que puseram fim à guerra na Bósnia (1995) e na crise em Kosovo (1999).

Quando se faziam especulações sobre qual país, no futuro, poderia desafiar a hegemonia norte-americana, a resposta quase unânime recaía sobre a China, considerada por muitos a potência emergente do século XXI. Todavia, a partir de 11 de setembro de 2001, o desafio à hegemonia norte-americana veio de uma organização fundamen-

talista islâmica, a Al-Qaeda (A Base) de Osama bin Laden.

O ataque aos Estados Unidos abriu um novo período nas relações internacionais. Em resposta à ação dos extremistas, o governo norte-americano declarou a chamada guerra ao terror, alertando que a luta seria longa e dura.

Em seguida, o governo norte-americano delineou sua estratégia inicial de combate, composta por três objetivos: capturar o líder da Al-Qaeda, destruir essa organização e derrubar o regime do Talibã no Afeganistão, que dava guarida ao grupo extremista de Osama bin Laden.



Presença militar dos Estados Unidos no mundo

No início de 2002, a administração norte-americana definiu mais claramente a chamada doutrina preventiva ou Doutrina Bush. Nela definia-se o “direito” unilateral de os Estados Unidos atacarem qualquer país que representasse perigo à sua segurança, ou porque dessem apoio a grupos extremistas antinorte-americanos ou porque produzissem armas de destruição em massa que pudessem ser eventualmente repassadas a tais grupos. Nesse mesmo momento, o governo dos Estados Unidos definiu três países que poderiam ser alvo da doutrina preventiva: o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte, denominados países do “eixo do terror”. A escolha do Iraque como primeiro alvo da guerra ao terror foi determinada por razões econômicas (dispor da segunda maior reserva conhecida de petróleo) e estratégicas (estar localizado no Oriente Médio, região politicamente sensível aos interesses norte-americanos).

A ação militar norte-americana, em março de 2003, foi desencadeada sem o aval das Nações Unidas. Essa ação não só abriu enormes fissuras entre o governo dos Estados Unidos e muitos de seus tradicionais aliados (França e Alemanha, especialmente) como afetou profunda e negativamente a imagem do país perante a comunidade internacional.

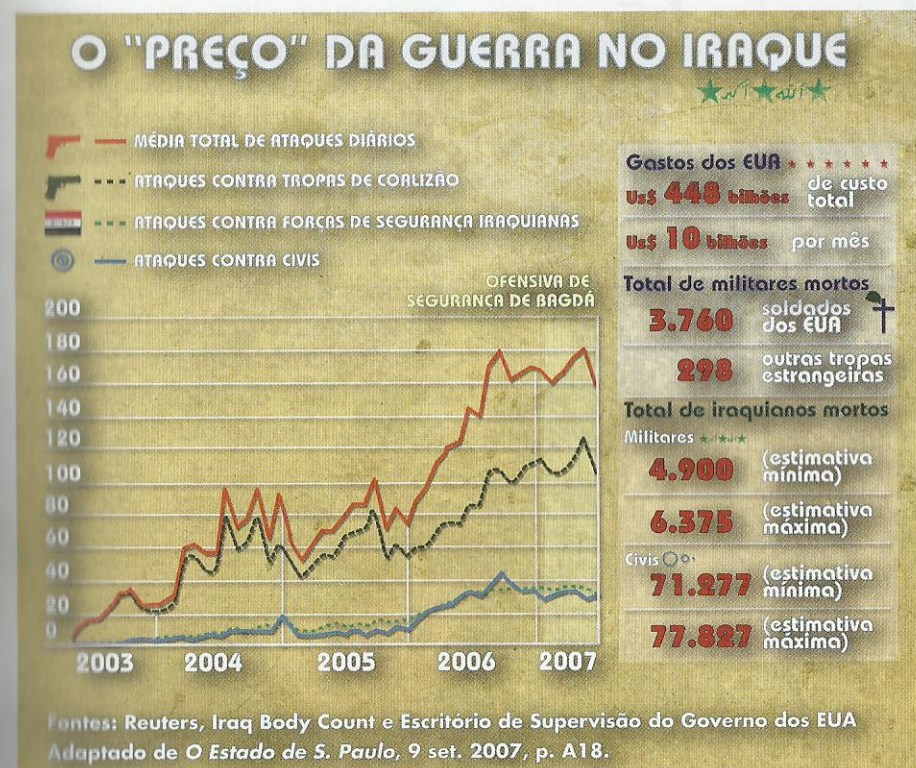
Cerca de dois meses depois, o governo norte-americano infor-

mava que as “grandes batalhas” do conflito haviam se encerrado. Todavia, se nas “grandes batalhas” cerca de 300 soldados norte-americanos haviam morrido, o número de vítimas das forças americanas, quase seis anos após, aproximava-se da cifra de quatro mil, mais 300 soldados das forças de coalizão, especialmente britânicas. Além disso, a situação interna no Iraque estava longe de estar pacificada.

No final de 2007, dois conflitos entrecruzados ocorriam no Iraque. Em um deles, forças de insurgentes compostas por iraquianos — mas também por voluntários islâmicos de diferentes países árabes do Magreb* e do Oriente Médio e de outros países não-árabes (Afeganistão e Paquistão, entre outros) — fustigavam as forças de ocupação, promovendo ataques e atentados suicidas quase cotidianos que não só aumentavam o número de baixas norte-americanas, mas principalmente de civis iraquianos.

O segundo conflito era uma guerra fratricida entre a majoritária população xiita (cerca de 60%) e a minoria sunita (cerca de 20% da população) que, até a derrubada do regime de Saddam Hussein, sempre manteve o domínio político no Iraque. Até o final de 2007, esses dois conflitos deram como

* Palavra árabe que significa “Terra do Sol Poente” e que identifica três países do noroeste da África: Argélia, Marrocos e Tunísia.



saldo, segundo fontes do governo norte-americano, cerca de 75 mil vítimas civis. Fontes não oficiais estimam em pelo menos 200 mil.

O resultado de tudo isso revela um país em estado de dissolução, fato que pode ser avaliado pelos seguintes dados: cerca de dois milhões de refugiados internos e um número similar de refugiados externos espalharam-se pela Síria, Jordânia e Irã; a mortalidade infantil duplicou; cerca de 70% dos iraquianos não têm acesso à água potável; o desemprego atinge apro-

ximadamente metade da população ativa; a criminalidade é altíssima; os sistemas de saúde, educação e infraestrutura estão em colapso. A convicção da maioria dos iraquianos é que a situação, que já era ruim na época de Saddam Hussein, piorou muito com a invasão.

Os desdobramentos do conflito sinalizam para tempos ainda mais incertos não só para o Iraque, mas também para os Estados Unidos, para o mundo árabe-muçulmano e, por extensão, para o resto do mundo.

Iraque e Irã: semelhanças e diferenças

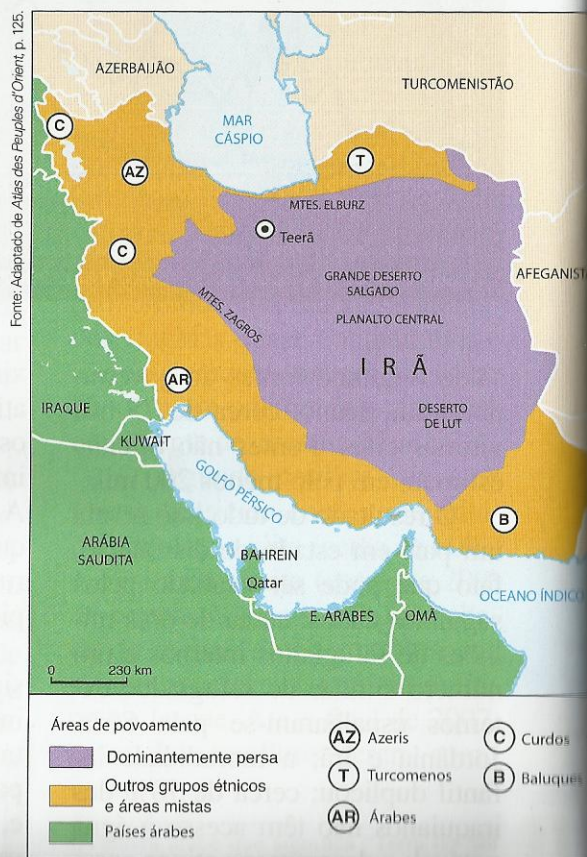
Os planejadores do Pentágono não confundem o Irã com o Iraque. Os dois países são muçulmanos e grandes produtores de petróleo, mas possuem diferenças marcantes. O Iraque é uma entidade política artificial criada pelo imperialismo britânico alguns anos após o final da Primeira Guerra Mundial. O Irã, herdeiro da antiga Pérsia, é um país milenar, com forte coesão cultural interna.

A geografia física tem impactos evidentes no planejamento militar. O Irã é quase quatro vezes maior que o Iraque, e seu meio natural é bem mais diversificado. Numa hipotética invasão do território iraniano, as forças invasoras precisariam se deslocar pelas regiões desérticas do planalto central e também por áreas montanhosas do norte e oeste do país.

Diferentemente do Iraque, país quase sem acesso ao mar, o Irã possui litorais "abertos" para o golfo Pérsico e para o oceano Índico, além de uma expressiva área costeira ao sul do mar Cáspio. Se essa característica geográfica teo-

ricamente facilita o desembarque de tropas invasoras, ao mesmo tempo torna mais difícil vigiar extensas costas litorâneas, por onde as forças de defesa poderiam receber auxílio externo.

A demografia é outro fator fundamental. Com cerca de 70 milhões de habitantes, o Irã possui um efetivo demográfico quase três vezes maior que o do Iraque. Os iranianos de origem persa representam pouco mais da metade



Irã: grupos étnicos

da população, que conta também com expressivas minorias (azeris, curdos, árabes, baluques e turcomenos). Mas, por baixo das diferenças étnicas, existe um nítido sentido de identidade nacional.

O Iraque é também um mosaico étnico e religioso formado por cerca de 60% de árabes xiitas, 20% de curdos e 20% de árabes sunitas. Desde a independência do país, os minoritários sunitas sempre estiveram no po-



Iraque: grupos étnico-religiosos

der. Esses três grupos apresentaram-se mais ou menos concentrados no território: os xiitas são dominantes no sul, os sunitas na porção centro-oeste e os curdos no norte. Rivalidades ancestrais, acentuadas pelo longo domínio sunita, separam as três comunidades. Os insurgentes, grupos que desde 2003 vêm fustigando as forças da coalizão comandada pelos Estados Unidos, são fundamentalmente sunitas.

No amplo e heterogêneo mundo muçulmano, o Irã caracteriza-se pelo predomínio absoluto da população xiita, que constitui cerca de 90% do total. A Revolução Iraniana de 1979 foi, antes de tudo, uma revolução xiita.

Sob a liderança do aiatolá Khomeini, o Irã tornou-se uma república islâmica na qual a legislação civil é submetida ao crivo da teocracia xiita. A revolução transformou o Irã no principal polo de difusão do xiismo e colocou o país na rota de colisão com os Estados Unidos e com os regimes pró-ocidentais da maior parte do mundo muçulmano. A disposição do governo iraniano em desenvolver seu programa nuclear vem acentuando ainda mais as divergências do país com os Estados Unidos e seus aliados ocidentais.

Afeganistão: o país e suas guerras

Desde 2001, quando os Estados Unidos lançaram um ataque para derrubar o regime dos talibãs no Afeganistão, acusado de dar abrigo ao líder e aos membros da Al-Qaeda, organização responsável pelos ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono (11 de setembro de 2001), o país passou a frequentar com insistência as manchetes dos jornais.

Mas, não foi só isso. Vários livros tendo o Afeganistão como tema começaram a ser publicados, criando uma espécie de “afeganomania” caso da obra *O caçador de pipas*, de Khaled Hosseini, por mais de cem semanas na lista dos mais vendidos no Brasil. Em seguida, o mesmo autor publicaria *A cidade do sol*, que também segue carreira de sucesso.

Situado em pleno coração da Ásia central, o Afeganistão é uma espécie de mosaico natural e humano e reúne características de três áreas asiáticas com as quais tem contato: o Oriente Médio, através do Irã; o subcontinente indiano, graças ao contato com o vizinho Paquistão; e a própria Ásia central, onde possui fronteiras comuns com o Turcomenistão, o

Usbequistão e o Tadjiquistão, Estados que até 1991 faziam parte da extinta União Soviética.

Com cerca de 650 mil quilômetros quadrados (aproximadamente duas vezes o tamanho do Maranhão) e sem saída para o mar, o território afegão possui relevo extremamente acidentado. Cerca de dois terços do país encontram-se acima de 1.800 metros, e apenas 10% a altitudes inferiores a 600 metros. Montanhas, planícies e depressões aparecem com grande irregularidade em todo o território. A principal cordilheira é a do Hindu-Kush, com cerca de 600 quilômetros de extensão, e cujas maiores altitudes, localizadas nas fronteiras com o Tadjiquistão e o Paquistão, superam sete mil metros.

Assim como se atribui ao “general inverno” a derrota de Napoleão na invasão à Rússia czarista no século XIX e, ao mesmo “oficial”, a vitória soviética sobre Hitler na Segunda Guerra Mundial, criou-se o mito de que a aspereza do relevo afegão teria sido fator



Afeganistão: no centro do continente asiático

crucial para a derrota de invasores externos, como os britânicos (século XIX) e os soviéticos (década de 1980).

Outro aspecto que chama a atenção no país é o predomínio de climas desérticos e semiáridos. Com exceção da porção ocidental, junto às fronteiras com o Irã, nenhuma outra área recebe mais que 500 milímetros

de chuvas anuais. Curiosamente, o Afeganistão possui uma expressiva rede hidrográfica, que é alimentada pelo degelo das altas montanhas recobertas por neves eternas. É ainda significativo o fato de que, à exceção do rio Cabul, que corta a capital afegã e é afluente da margem direita do rio Indo (o mais importante do Paquistão), todos os demais cursos

fluviais do país deságuam em lagos ou mares fechados.

Radiografia étnica

Dada sua localização geográfica — em contato com o Oriente Médio, o subcontinente indiano e com a antiga Ásia central soviética — e consideradas as múltiplas influências sofridas ao longo de sua história, o Afeganistão converteu-se numa colcha de retalhos étnica. O único traço aparente de unidade das principais etnias que habitam o país é a religião islâmica, mas esta, por sua vez, apresenta divisão entre os sunitas majoritários e a minoria xiita. Assim, o mosaico étnico afegão é representado, sobretudo, pelos seguintes grupos:

1 — **Pashtuns** ou **pushtuns**: grupo étnico fundador do Afeganistão, no século XVIII, quando dominou as outras populações e colonizou terras que até então nunca havia ocupado. Durante muito tempo, o termo pashtun foi sinônimo de afegão. O Talibã, embora tentasse exprimir um movimento acima das diferenças de caráter étnico, era formado majoritariamente por pashtuns. Esse grupo étnico corresponde a cerca de 40% da população.

Um número bem maior de pashtuns habita há muito tempo o oeste do Paquistão, onde essa etnia é conhecida como patã. E, por conta das guerras, a imensa

maioria dos 3,5 milhões de refugiados afegãos que buscaram refúgio no Paquistão nos últimos vinte anos é de etnia pashtun.

Os pashtuns do Afeganistão, assim como seus “irmãos” étnicos do Paquistão, são muçulmanos sunitas. Muitos sonham com a criação de um país, o Pashtunistão, independente do Afeganistão e do Paquistão. Esse fato reforça mais uma vez o caráter artificial das fronteiras herdadas do colonialismo europeu. Deve-se lembrar que, em 1879, os colonialistas britânicos fixaram a Linha Durand, separando os pashtuns em dois territórios coloniais distintos, os atuais Afeganistão e Paquistão.

2 — **Tadjiques**: etnicamente próximo aos persas, esse grupo é mais numeroso na porção nortenordeste, junto à fronteira com a ex-república soviética do Tadjiquistão. Corresponde a cerca de 25% da população do país e é muçulmano sunita. A Aliança Norte, que se opôs ao regime dos talibãs, era formada por grande número de indivíduos dessa etnia.

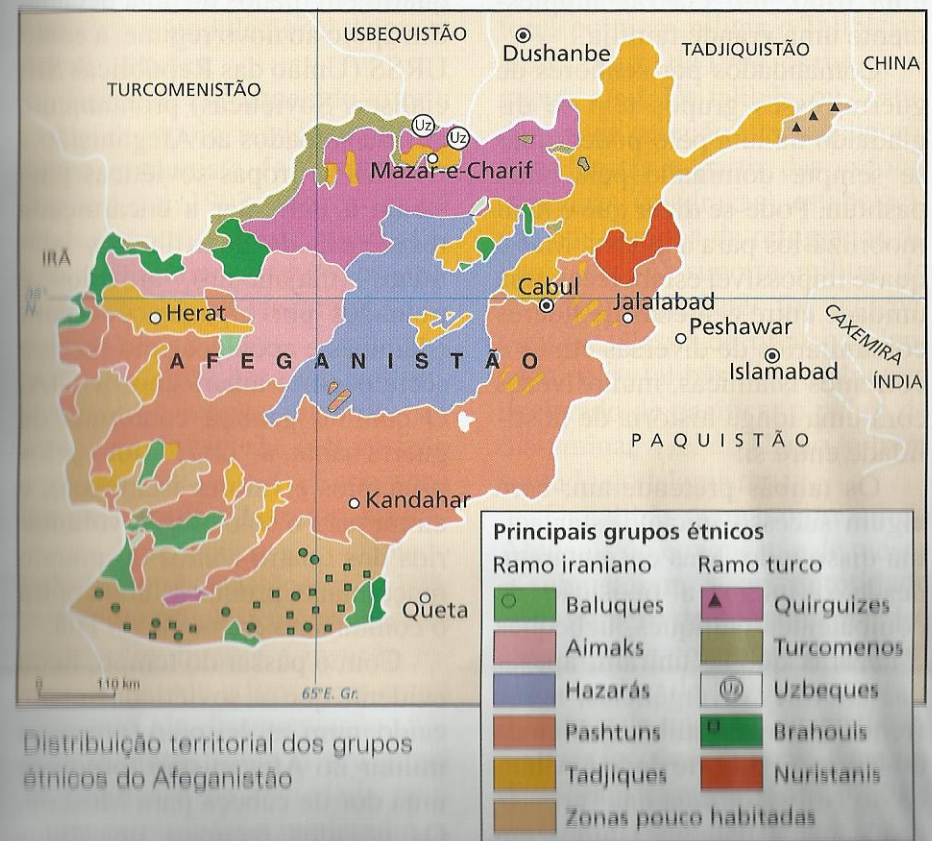
3 — **Hazarás**: descendentes de nômades mongóis que se instalaram no atual território afegão no século XIII, são muçulmanos xiitas e falam uma língua de origem persa. Usando como pretexto a luta contra os infieis, os pashtuns submeteram os hazarás à força no final do século XIX e

lhes tomaram as melhores terras. Expulsos de sua área original no centro do país, boa parte dos hazarás acabou se fixando na capital e arredores. Se fosse possível estabelecer uma pirâmide social no Afeganistão, os hazarás ocupariam a base, já que exercem quase sempre os empregos de menor remuneração. Representam aproximadamente 20% da população total do Afeganistão.

4 — **Turcófonos**: reúnem vários grupos étnicos, como os

turcomenos e quirguizes, etnias respectivamente dominantes no Turcomenistão e Quirguistão. Os mais numerosos, no entanto, são os uzbeques, aproximadamente 6% da população afegã, que habita a porção setentrional do país, junto à fronteira com o Usbequistão. A imensa maioria dos turcófonos é formada por muçulmanos sunitas.

5 — **Outros grupos étnicos**: o restante da população, cerca de 10%, é formado por vários grupos



étnico-nacionais. Dentre eles destacam-se os aimaks, os nuristanis e os baluques — estes últimos, presentes não só no Afeganistão como no Irã e no Paquistão. Há movimentos que lutam pela criação de um Baluquistão independente, reunindo baluques dos três países.

Para tornar a situação ainda mais complexa, as tradicionais divisões étnicas são acentuadas por rivalidades tribais. Cada afegão sente-se mais ligado a um grupo comunitário, que pode ser uma tribo, um clã ou simplesmente uma grande família.

Comandados por senhores de guerra, esses grupos têm se dilacerado na luta pelo poder, quase sempre dominado pela etnia pashtun. Pode-se dizer que é fácil mobilizá-los para a guerra. Mas é quase impossível estabelecer uma unidade entre centenas de líderes comunitários de diversas etnias e correntes islâmicas, muitas vezes com uma longa história de hostilidade entre si.

Os talibãs pretenderam, com algum sucesso inicial, estar acima disso tudo. Mas enfrentaram, desde o início, a oposição de combatentes tadjiques, uzbeques e hazarás que se uniram, apesar das enormes divergências, numa frente única antitalibã, a Aliança do Norte. O suporte dado à Aliança do Norte foi uma das “armas” usada pelos Estados Unidos em

2001 para derrotar de forma mais rápida o Talibã.

Da invasão soviética (1979) à guerra fratricida (2001)

O drama afegão teve início em plena Guerra Fria, motivado pela lógica de expansão das áreas de influência do socialismo e do capitalismo no mundo. Em dezembro de 1979, comunistas simpatizantes a Moscou deram um golpe de Estado no Afeganistão — o quarto em menos de uma década. Em apoio ao novo regime, a então URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) prontamente enviou soldados ao Afeganistão.

Mas as tropas soviéticas passaram a enfrentar a encarniçada resistência de guerrilheiros islâmicos (mujahedin), armados e treinados por organizações pan-islâmicas e apoiados pelo serviço secreto norte-americano, a CIA. O conflito ganhou contornos de guerra santa, a “jihad” (luta pelos princípios e valores islâmicos), e atraiu para o solo afegão voluntários dos quatro cantos do mundo muçulmano, prontos a lutar contra o comunismo em nome do Islã.

Com o passar do tempo, ficou evidente que os soviéticos tinham caído num atoleiro. A presença militar no Afeganistão tornou-se uma dor de cabeça para Moscou. Os pesados recursos investidos

na operação chocavam-se com a impotência do Exército Vermelho frente às táticas de guerrilha dos mujahedin. Depois de dez anos de uma ocupação custosa e infrutífera, os últimos soldados soviéticos deixaram o Afeganistão em 1989, pondo fim à intervenção que entrou para história como o maior fiasco militar da URSS.

O balanço da ocupação registrou a morte de treze mil soldados soviéticos e de quase um milhão de afegãos, em sua maioria civis. Cerca de cinco milhões buscaram refúgio no Irã e no Paquistão, num êxodo populacional de grandes dimensões.

Bastante enfraquecido com a perda do apoio soviético, o governo comunista foi finalmente deposto em 1992. Mas a queda do regime não trouxe a paz. Livres do inimigo comum, os grupos guerrilheiros lançaram-se na disputa pelo poder.

Nessa nova fase do conflito, o território afegão implodiu segundo as linhas da composição populacional do país. Cada zona era uma espécie de feudo, etnicamente homogêneo e controlado pelo seu senhor de guerra. O Islã, que havia selado a união entre os mujahedin durante a invasão soviética, passou a funcionar como elemento de fragmentação. Visões distintas sobre o seu papel na política e na sociedade opunham extremistas e moderados.

As duas principais facções em luta — o Hezb-e-Islami, essencialmente pashtun, e o Jamiat-e-Islami, com forte presença dos tadjiques — representavam respectivamente, as duas tendências. Nenhum dos dois, porém, conseguiu se impor militarmente. Seus chefes tentaram formar um governo de coalizão, ponto central do acordo de paz de 1993, mas a experiência fracassou.

A “era” dos talibãs

O aparecimento de uma nova força político-militar, o Talibã, alterou, a partir de 1994, os rumos da guerra civil. Os talibãs, ou “estudantes de religião”, preencheram suas fileiras a partir das escolas corânicas (madraças) estabelecidas nos campos de refugiados do Paquistão. O suporte militar do governo paquistanês foi decisivo para o sucesso da ofensiva, lançada pelos talibãs com o objetivo declarado de pacificar o país e de disseminar a lei do Corão, o livro sagrado do islamismo.

Os talibãs ocuparam o sul do Afeganistão em questão de meses e submeteram à sua autoridade bom número de comandantes locais. Após a conquista de Cabul, em setembro de 1996, passaram a governar de fato o Afeganistão.

As facções étnicas derrotadas foram expulsas para o norte do país. Apesar das divergências,

acabaram formando uma frente única de combate aos talibãs, a Aliança do Norte. Em agosto de 1998, porém, o Talibã tomou o quartel-general da aliança nordestina, a cidade de Mazar-e-Sharif, ampliando seu domínio para cerca 90% do território do país.

À medida que ganhava poder, o Talibã ampliava também o radicalismo do regime, empenhado que estava em transformar o país numa teocracia islâmica “pura”. O regime proibia ouvir música, tirar fotografias, ver televisão, cinema ou vídeo, brincar com bonecas, soltar pipas, raspar a barba e ingerir bebidas alcoólicas. Não permitia que as mulheres trabalhassem, nem que saíssem de casa desacompanhadas de alguém do sexo masculino, nem que expusessem qualquer parte do corpo feminino.

A crescente oposição da comunidade internacional aos métodos do Talibã transformou-se em indignação no início de 2001. Como parte de uma campanha para eliminar todos os objetos de idolatria no país, o governo destruiu duas gigantescas estátuas de Buda, obras tombadas como Patrimônio da Humanidade pela ONU.

Ao mesmo tempo, o Talibã rendeu-se ao lucro fácil do narcotráfico. Segundo o Pnucid (Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional das

Drogas), o Afeganistão tornou-se o maior produtor mundial de ópio em meados dos anos 1990. As culturas de papoula (matéria-prima do ópio e da heroína) encontravam-se em zonas sob o controle dos talibãs, e uma taxa de 20% era cobrada sobre todo o carregamento que deixava o país.

O alvo da guerra ao terror

As constantes violações aos direitos humanos e o envolvimento com o narcotráfico atraíram críticas severas da comunidade internacional. O regime do Talibã sequer ganhou o reconhecimento da ONU (Organização das Nações Unidas).

O cerco externo ao Afeganistão começou para valer quando o Talibã deu abrigo ao saudita Osama bin Laden, o terrorista mais procurado pelos Estados Unidos, que o acusavam de promover, no início de 1998, atentados contra embaixadas norte-americanas na África e de patrocinar uma rede mundial de terrorismo antiocidental a partir de bases no Afeganistão.

Em represália aos ataques contra suas embaixada na África, os Estados Unidos lançaram mísseis contra o Afeganistão, em meados de 1998. No ano seguinte, a ONU impôs sanções limitadas ao país, para pressionar a extradição

de Bin Laden a um tribunal internacional — o que o Talibã se negou a fazer.

As suspeitas sobre a autoria dos ataques terroristas contra o World Trade Center, em Nova York, e contra a sede do Pentágono, em Washington, em 11 de setembro de 2001, recaíram diretamente sobre Bin Laden e sua rede terrorista, a Al-Qaeda. Diante da negativa do regime do Talibã em entregá-lo para ser julgado, forças anglo-americanas começaram a bombardear o Afeganistão no início de outubro. O Paquistão, até então aliado dos talibãs, mudou de lado e decidiu apoiar os Estados Unidos na ofensiva antiterror, em troca de ajuda econômica.

Os ataques aéreos destruíram a infraestrutura militar do Talibã e fortaleceram a Aliança do Norte que, sempre com o suporte anglo-americano, avançou pelo país até a tomada da capital, Cabul, em meados de novembro. A fuga do mulá Omar, o líder máximo do regime, no início de dezembro, selou o fim da era Talibã no Afeganistão.

Um governo de transição comandado pelo líder moderado pashtun Hamid Karzai foi empossado no final de dezembro e confirmado no poder em meados de 2002 por uma Loya Jirga — conselho de notáveis, formado por líderes tribais, autoridades religiosas e anciãos.

Apesar da troca de governo no Afeganistão, a ofensiva dos Estados Unidos teve êxito apenas parcial. Bin Laden e o mulá Omar não foram capturados, e seus paradeiros permaneciam desconhecidos até o final de 2007, desafiando o enorme contingente militar mobilizado em toda a região com o único objetivo de capturá-los.

Por fim, vale ressaltar um aspecto econômico. Embora o Afeganistão não apresente atualmente riquezas naturais de valor que possam ser exploradas, o país pode vir a se constituir numa das opções do traçado de oleodutos que escoariam os hidrocarbonetos cada vez mais explorados em torno do mar Cáspio, especialmente o gás natural e o petróleo produzido na antiga república soviética do Turcomenistão. Para alguns especialistas, estariam em torno do Cáspio jazidas potencialmente muito promissoras. Como o Afeganistão é um país interior, os eventuais gasodutos e oleodutos teriam seu terminal em portos do Paquistão.

Para que o escoamento dessas riquezas através da “rota afegã” ocorra sem sobressaltos, é fundamental para as empresas transnacionais de petróleo norte-americanas e europeias que o Afeganistão esteja “devidamente pacificado”.

Os Estados Unidos e as outras potências

O cenário político internacional da atualidade caracteriza-se pela sucessão de tensões geopolíticas que, em seu conjunto, cria choques múltiplos de interesses, tanto de competição quanto de contenção.

De um lado, temos tensões geopolíticas entre a hiperpotência e três importantes atores da política internacional, que são a União Europeia, a China e a Rússia. Essas três “entidades” políticas, quase sempre por motivos diferentes, desenvolvem estratégias no sentido de conter a hegemonia norte-americana.

A União Europeia, a Rússia e a China têm grande importância internacional, ambicionam um mundo multipolar e pretendem desempenhar papéis mais relevantes nos assuntos internacionais. Cada um deles procura ser reconhecido como parceiro estratégico importante pelos Estados Unidos, mas, ao mesmo tempo, desenvolvem estratégias políticas anti-hegemônicas para “multilateralizar” posturas norte-americanas, usando como foro dessa estratégia o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A ONU adquiriu uma nova importância no mundo atual. As grandes potências precisam do Conselho de Segurança, para formalizar posições comuns e, ao mesmo tempo, evitar certos impulsos não desejáveis da hiperpotência. Paradoxalmente, os Estados Unidos também precisam da ONU no sentido de que ela funcione como fonte de legitimidade de suas ações.

Por isso, o governo norte-americano não pode fazer tudo o que quer e do modo como quer, fato confirmado quando o país não obteve o apoio da ONU na invasão do Iraque em 2003. No Conselho de Segurança, apenas a sempre fiel Grã-Bretanha endossou as ações dos Estados Unidos (Rússia, China e França colocaram-se contra).

Além do mais, deve-se destacar que em várias regiões do mundo existem países de “média expressão” internacional que procuram aumentar sua importância. Entre eles estão o Brasil e a Argentina, principalmente em relação à América do Sul; o México e a Venezuela, à América Central; o Egito, no que tange ao mundo árabe do norte da África; Nigéria à África ocidental; República Sul-Africana, quanto à África meridional; a Índia, Paquistão, Indonésia e Japão, ao sul, sudeste e leste asiáticos.

Caxemira: conflito no "teto" do mundo

A Caxemira é uma região histórico-geográfica cujos limites não são muito precisos e situa-se no contato entre a Ásia central fundamentalmente muçulmana e os mundos indiano e chinês. Com território de aproximadamente 220 mil km² (pouco menor que o estado de São Paulo), abriga cerca de dez milhões de habitantes e está dividida entre a Índia, o Paquistão e a China. Na prática, ela é constituída por um conjunto heterogêneo de seis entidades bem distintas, no interior das quais as realidades políticas, étnicas, religiosas e linguísticas são bastante variadas.

A chamada Caxemira "indiana" corresponde ao estado de Jammu-Caxemira, tem pouco mais de 100 mil km², população de aproximadamente 6,5 milhões e é o único estado da Índia onde a maioria da população, cerca de 85%, é constituída por muçulmanos. Desde o final da década de 1980, a região tem sido palco de movimentos separatistas particularmente violentos.

Essa parte da Caxemira pode ser dividida em três regiões dis-

tintas. A primeira delas corresponde ao vale do rio Jhelum, núcleo histórico da Caxemira, onde se localiza a cidade de Srinagar, sua capital e principal cidade. A população dessa área é estimada em três milhões, e os muçulmanos de rito sunita correspondem a mais de 90% do efetivo populacional regional.

A segunda é a região de Jammu, situada na parte meridional da Caxemira, vizinha ao estado indiano do Punjab. É uma área nos contrafortes do Himalaia, povoada por quase três milhões de pessoas, das quais aproximadamente dois terços professam o hinduísmo. A terceira área da Caxemira indiana é conhecida como Ladakh e corresponde a uma região muito acidentada, fracamente povoada (cerca de 150 mil habitantes), cujos habitantes, em sua maioria, são de cultura tibetana e professam o budismo. Existe ainda nessa área uma significativa minoria muçulmana.

A Caxemira sob o controle do Paquistão possui cerca de 78 mil km², é habitada por quase 3,5 milhões de pessoas e compreende duas regiões distintas. A primeira corresponde aos Territórios do Norte, é administrada diretamente pelo governo federal e formada pelas áreas de Gilgit e do Baltistão. Nessa parte paquistanesa da Caxemira, vivem cerca de 600 mil pessoas, a maioria

formada por muçulmanos de rito xiita.

A segunda área da Caxemira paquistanesa é conhecida como Azad-Caxemira (Caxemira Livre), com extensão de 13 mil km² e população pouco inferior a três milhões de pessoas. Em sua maior parte, são muçulmanos xiitas. Ela tem condição político-administrativa muito peculiar: dispõe de Constituição e parlamento próprios, é dirigida por um primeiro-ministro e beneficia-se de autonomia relativa em relação aos poderes legislativo, executivo e judiciário. Todavia, os aspectos

ligados à defesa, relações exteriores e finanças são de responsabilidade exclusiva do governo do Paquistão.

Por fim, a Caxemira chinesa, com pouco mais de 40 mil km², tem apenas alguns milhares de habitantes e corresponde quase totalmente à área conhecida como Aksai-Chin. Pertencente à região autônoma do Tibete chinês é uma zona historicamente ligada à influência tibetana. Parte dessa região foi conquistada pela China à Índia em 1962.

A Índia defende uma concepção de Caxemira bastante ampla,

levando em conta considerações de ordem histórica. A Índia entende como Caxemira a totalidade dos territórios administrados pelo marajá da Caxemira no século XIX, monarca que obteve tais territórios por herança (Jammu), por compra (vale do Jhelum) e por conquista militar (Ladakh e Baltistão). Dentro dessa concepção geográfica mais ampla, o país reivindica a totalidade do território caxemir, inclusive as partes que atualmente estão sob o controle do Paquistão e da China.

Já o Paquistão tem uma concepção geográfica mais limitada que repousa sobre considerações socioculturais nas quais tenta estabelecer ligação direta entre a identidade nacional caxemir e a religião muçulmana. Por conta disso, o país não reivindica senão parte da Jammu-Caxemira indiana, considerando inclusive que as porções orientais da região — o Ladakh e o Aksai-Chin — não fazem parte da verdadeira Caxemira.

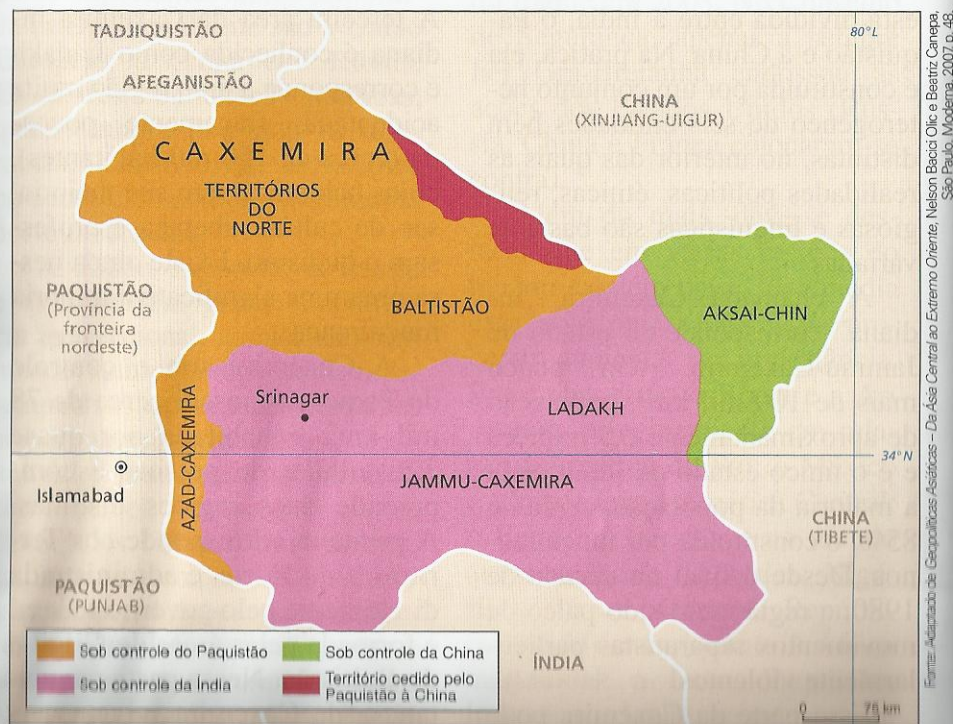
Todavia, se o governo do Paquistão vê oficialmente a questão sob o ângulo da identidade religiosa, pesam, de forma não oficial, os argumentos de ordem estratégica. Num eventual controle paquistanês sobre esses territórios, o país abriria novo acesso à China, uma tradicional aliada e, sobretudo, permitiria ao Paquistão controlar as fontes de quase todos os grandes rios que atravessam

seu território, inclusive todo o médio vale do rio Indo.

Às dificuldades de delimitação geográfica da região se junta outra incerteza referente à existência da nacionalidade caxemir. Embora a maioria da população da região seja muçulmana, a Caxemira foi, ao longo dos séculos, um importante lugar para o hinduísmo e para o budismo, antes de iniciado o processo de expansão islâmica datada do século XIV.

Esse rico passado pré-islâmico não desapareceu totalmente, fato que pode ser comprovado pela presença de mais de 1,5 milhão de não-muçulmanos vivendo na região. Assim, a Caxemira caracteriza-se pela heterogeneidade linguística, cultural e étnica, fator que se reflete na dualidade das definições de caráter identitário. No interior dos movimentos que lutam contra o domínio da Índia, alguns privilegiam um combate de caráter religioso, o que expressa o desejo de integrar a região ao Paquistão. Outros, no entanto, lutam pela preservação da identidade nacional caxemir que busque independência num contexto pluriconfessional.

Mais de 60 anos após a independência da Índia e do Paquistão e do primeiro conflito entre os dois países a respeito da soberania sobre a Caxemira, muitas incertezas pairam sobre o futuro dessa conturbada região.



Caxemira geopolítica

África: novos conflitos, novos personagens

Depois de mais de uma dezena de anos, mais precisamente após o genocídio ocorrido em 1994 em Ruanda, a imagem da África, que já não era boa, tornou-se ainda pior. Isso porque, após o que aconteceu naquele pequeno país da região do planalto dos Grandes Lagos, tragédias semelhantes continuaram acontecendo. Pior: os conflitos que ocorrem em um país com frequência repercutem em países vizinhos. Além disso, nem sempre é fácil entender claramente o papel e os motivos dos antagonistas envolvidos nos conflitos.

Esses conflitos, classificados genericamente de étnicos, eclodem periodicamente em países da África subsaariana e têm como tônica o envolvimento de povos vizinhos, cujas características são mais ou menos diferentes. Alguns deles são esporádicos e duram alguns dias ou semanas, como tem acontecido na Nigéria. Outros, como na região da África oriental (planalto dos Grandes Lagos), no Sudão, na Somália, no Congo, na África ocidental (Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim), são bem mais graves e persistentes, podem durar vários anos e têm

sido responsáveis por milhões de vítimas.

Na maior parte dos casos, os conflitos são internos, entre populações mais ou menos próximas, muitas vezes misturadas, como é o caso dos tútsis e hutus em Ruanda e no Burundi. Todavia, tem sido cada vez mais comum que esses conflitos acabem envolvendo países vizinhos, o que ocorreu recentemente na República Democrática do Congo (ex-Zaire), onde forças armadas de Ruanda, Uganda, Zimbábue e Angola não só tomaram partido das facções congolenses em luta como acabaram se enfrentando em pleno território congolês.

Por um lado, a novidade dos conflitos recentes é que eles não são mais explicados apenas por razões geopolíticas de grande envergadura, como capitalismo X socialismo, como acontecia no tempo da Guerra Fria. Por outro, a ação de grupos fundamentalistas islâmicos, fenômeno considerado de grande proporção no início do século XXI, têm importância pequena ou quase nula no contexto geopolítico do centro-sul do continente. Vale ressaltar que na região da bacia do Congo e do planalto dos Grandes Lagos, o número de muçulmanos é bem pouco expressivo, e é justamente nessas regiões que os conflitos têm sido mais mortíferos e duradouros.

Não se podem também entender os conflitos da África subsaariana sem se levar em conta a extrema diversidade étnica e linguística da região e, sobretudo, não se deve esquecer que nessa parte do mundo o tráfico negreiro durou cerca de três séculos. Esse evento histórico deixou marcas profundas no relacionamento entre grupos "capturados" e "captadores" que o tempo não tem conseguido apagar.

A multiplicação dos conflitos pode ser explicada também pelo crescimento demográfico dos diferentes grupos étnicos e pela necessidade de cada um deles em estender suas terras cultivadas para compensar os efeitos da degradação dos solos. A exacerbação dos conflitos entre hutus e tútsis em Ruanda resultou, parcialmente, da luta por terra férteis num pequeno país cuja densidade demográfica é de aproximadamente 300 habitantes por km².

Ademais, a África subsaariana tem sofrido, mais do que outras partes, dos problemas ambientais inerentes ao mundo tropical, sobretudo porque as produções agrícolas se fazem principalmente sobre solos lateríticos pobres e frágeis. Na África, fora dos vales, os diferentes grupos étnicos que praticam a agricultura e cujos rendimentos declinam sistematicamente se esforçam em estender seu terri-

tório em detrimento dos grupos vizinhos.

Os recentes conflitos africanos ensejaram o surgimento ou realçaram a ação de novos e antigos personagens. Se durante a Guerra Fria as figuras mais importantes dos conflitos eram militares ou homens públicos, hoje seus papéis são, de maneira geral, secundários. Três personagens emblemáticos nos conflitos atuais merecem destaque: o senhor da guerra, a criança-soldado e o refugiado.

O senhor da guerra normalmente não pertence ao grupo que, mesmo não estando no poder, é muito poderoso. Ele é tanto combatente como aproveitador sem escrúpulos e traficante. Combatente, pois é líder de grupos armados. Suas vitórias lhe dão prestígio, e seu interesse é prolongar o conflito pelo maior tempo possível. Ele é também inescrupuloso porque se vale compulsoriamente dos recursos da população civil e, eventualmente, interfere ou impede a ação de organismos internacionais de ajuda humanitária. Como traficante, o senhor da guerra participa dos circuitos ilegais de comércio, facilitando o tráfico de drogas, armas e outros produtos como pedras preciosas. Para esse personagem, as atividades militares e criminais estão intimamente ligadas. Um dos mais importantes senhores da guerra na África foi o líder da Uni-

ta (União Nacional para a Independência Total de Angola) Jonas Savimbi, que durante quase três décadas dominou amplas áreas de Angola, até ser morto em combate em 2002.

Outro personagem dos conflitos atuais é a criança-soldado. Muitas vezes essas crianças têm menos de dez anos e, embora não existam dados confiáveis a respeito, acredita-se que na África há pelo menos 200 mil delas. Seu “alistamento” quase sempre acontece de forma brutal. Após terem sido testemunhas de atrocidades cometidas contra seus parentes, acabam sendo levadas, “criadas” e treinadas pelos algozes de sua família. O desenvolvimento de armas cada vez mais leves pela indústria bélica tem facilitado a ação dessas crianças que, com certa frequência, encaram os combates como se estivessem participando de uma brincadeira de “guerra”.

Já o refugiado não tem sexo ou idade; pode ser homem, mulher, criança ou idoso que foram obrigados a deixar o local onde viviam, para escapar da guerra e de seu cortejo de horrores. Seu número aumentou consideravelmente nas últimas duas décadas. Uma parcela significativa é composta por refugiados internos, isto é, por pessoas que saíram ou foram expulsas de seu local de origem, mas não atravessaram fronteiras internacionais.

Cerca de 30% dos refugiados do mundo atual encontram-se em solo africano, principalmente em duas áreas. Na África Ocidental, por causa dos conflitos em Serra Leoa, Libéria e Costa do Marfim; na porção centro-oriental do continente, num amplo arco norte-sul que se estende do Sudão, passa pela região do Chifre africano e envolve a dos Grandes Lagos.

A Chechênia, o Cáucaso e a Rússia

Até 1994, Chechênia era um nome quase desconhecido na geopolítica mundial. Até 1991, representava uma das repúblicas autônomas que faziam parte da URSS. Com a desintegração da URSS, a Chechênia tornou-se uma das repúblicas componentes da Federação Russa na região do Cáucaso.

O nome Cáucaso designa a cadeia de montanhas localizada entre os mares Negro e Cáspio e engloba também inúmeros planaltos e vales fluviais. A cadeia montanhosa propriamente dita corresponde à parte mais acidentada e elevada do conjunto, com alguns picos que ultrapassam 5 mil metros. Todavia, o que mais chama a atenção na região é a enorme complexidade étnica, nacional, religiosa e linguística.

Do ponto de vista político, a região do Cáucaso é constituída de duas partes: na porção sul, ou Transcaucásia, está o Cáucaso não-russo, onde se localizam a Geórgia, a Armênia e o Azerbaijão, repúblicas que até 1991 foram partes integrantes da antiga União Soviética. Com a desintegração da URSS, essas três re-

públicas tornaram-se países independentes e hoje fazem parte da CEI (Comunidade de Estados Independentes). Na porção norte, ou Ciscaucásia, encontram-se oito repúblicas autônomas que pertencem à Federação Russa, como a Chechênia e a Ossétia do Norte.

Abrigando cerca de 25 milhões de pessoas, a região do Cáucaso constitui-se numa zona de contato e confronto de duas “civilizações”: a eslavo-ortodoxa, representada por populações de origem russa ou “russificadas” (como os ossétios), e a islâmica, de influência turca ou iraniana, composta por mais de vinte povos, dentre os quais se destacam os chechenos.

Fato interessante de se notar é que as fronteiras existentes na região do Cáucaso são quase tão arbitrárias e artificiais quanto as africanas. Praticamente todas foram delineadas entre 1922 e 1936 pelo ditador soviético Josef Stálin. Segundo suas palavras, as divisões político-administrativas criadas visavam a “preservar a especificidade de cada grupo étnico ali existente”. Esse traçado arbitrário das fronteiras no complexo e heterogêneo mosaico humano do Cáucaso tem sido fator de vários conflitos e tensões geopolíticas.

Histórias de guerras

As conquistas do Império Russo no Cáucaso verificaram-se em diversas etapas, começando na segunda metade do século XVIII e completando-se por volta de 1870. Por conta de feroz resistência, a última das regiões do Cáucaso a ser incorporada ao território russo foi a Chechênia.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a tradicional animosidade entre russos e povos do Cáucaso levou alguns líderes de grupos caucasianos a se aliarem aos nazistas, quando, em 1941 e 1942, os alemães conseguiram ocupar algumas áreas da região. Expulsos os alemães, Stálin ordenou a deportação em massa dos povos que haviam pretensamente colaborado com os germânicos.

Entre o final de 1943 e os primeiros meses de 1944, centenas de milhares de pessoas foram deportadas e colocadas em "zonas de povoamento especiais" em áreas da Ásia central. Isoladas do contato com outros grupos humanos, foram também proibidas de usar a língua materna e viviam em condições extremamente precárias. É interessante notar que o governo de Stálin não puniu apenas os que se aliaram aos nazistas, que, aliás, não tinham sido tão numerosos, mas todos os que compunham o grupo nacional,

Passaram por essa situação os karatchais, os balkars e os chechenos, entre outros.

Em 1956, Nikita Krushev, sucessor de Stálin, reabilitou os povos punidos e permitiu, em 1957, o retorno a seus locais de origem. Em alguns casos esses locais já estavam ocupados por outros grupos, gerando novos problemas que se arrastam até hoje.

A Chechênia é pouco menor que o estado de Sergipe, e sua população está estimada em cerca de 700 mil habitantes. Os chechenos correspondem a quase 60% da população total e, em sua maioria, praticam o islamismo. Por conta das guerras dos últimos anos, acredita-se que existam pelo menos 250 mil chechenos refugiados em repúblicas vizinhas. Quase 25% dos habitantes da Chechênia são de origem russa, e, na maior parte, cristãos ortodoxos. O restante da população é formado por outros grupos étnico-nacionais.

Quando a União Soviética se desintegrou em 1991, surgiram em seu lugar quinze novas repúblicas. A principal beneficiada pelo espólio da URSS foi a Federação Russa, que herdou grande parte dos recursos, do arsenal, da população e do território do antigo país. A Chechênia, uma das repúblicas que compunham a Federação Russa, aproveitam-

do-se do nascimento dos novos países, decidiu também declarar independência, situação que não foi reconhecida pela comunidade internacional e muito menos por Moscou.

Até 1994, o governo russo, preocupado com outros problemas mais imediatos, acreditava que as dissensões internas entre os chechenos jogariam a seu favor. Devido a tradicionais divergências clânicas e por conterem no interior de seu território significativas minorias russas,

muitos chechenos preferiam ficar integrados à Rússia, uma vez que dependiam da ajuda do governo central.

Além disso, o governo nacionalista checheno instalado em 1991 aos poucos foi se mostrando autoritário, o que levou a oposição a tentar sua derrubada. Os confrontos entre o governo e a oposição resultaram num verdadeiro clima de guerra civil. Usando como pretexto pôr ordem na situação caótica existente, o governo russo, em



1994, promoveu a intervenção. Foi o início da primeira Guerra da Chechênia.

Todavia, grupos chechenos pró-independência resistiram a cerca de 20 mil soldados russos durante quase dois anos. Os principais combates se verificaram em Grozni, a capital, que ficou virtualmente destruída, fazendo milhares de vítimas, principalmente civis. Em agosto de 1996, foram assinados, com grande humilhação para as forças armadas russas, os acordos de Kassaviurt que puseram fim ao conflito. Os itens do acordo determinavam que o *status* político da Chechênia seria definido em 2001.

Em 1997, eleições realizadas na Chechênia deram vitória ao líder separatista Aslan Mashkhadov. Contudo, o novo presidente jamais conseguiu controlar o país, imerso em profunda crise econômica, dividido em facções hostis e atormentado com o crescimento do fundamentalismo islâmico. Grupos de fanáticos islâmicos da Chechênia tentaram invadir a vizinha república autônoma russa do Daguestão em 1999, pretendendo implantar ali um Estado islâmico. Ademais, sucessivos atentados em Moscou e em outras cidades russas foram atribuídos aos extremistas chechenos pelas autoridades do governo da Rússia.

A ascensão de Wladimir Putin ao poder na Rússia deve-se, em grande medida, ao terror checheno. Como presidente interino, em fevereiro de 2000 Putin iniciou a segunda Guerra da Chechênia. Pouco depois, Putin era eleito presidente russo, no rastro da operação militar. As forças russas ocuparam Grozni (capital da Chechênia) e a maior parte do território checheno, com exceção das quase inacessíveis montanhas meridionais, principal refúgio dos guerrilheiros separatistas.

Dessa área têm partido comandos que inicialmente atacavam tropas russas e chechenos pró-russos na Chechênia e que depois passaram a estender suas ações às regiões vizinhas do Daguestão, da Ossétia do Norte e também ao território da Rússia. As retaliações promovidas pelo exército russo, acompanhadas de massacres, torturas e estupro contra a população civil, têm sido sistematicamente denunciadas por entidades que defendem os direitos humanos.

Enrolando-se na bandeira da "guerra ao terror" do governo norte-americano, Putin procurou vincular todos os separatistas chechenos ao fundamentalismo islâmico global. Com isso, aprofundou a repressão e reduziu as pressões internacionais contra a violação dos direitos humanos.

Do outro lado, os extremistas chechenos tomaram o lugar dos líderes políticos separatistas, promovendo periodicamente atentados suicidas. A partir de 2002, o conflito tornou-se ainda mais violento, pois os extremistas chechenos passaram a colocar em prática atentados suicidas.

Em 2003, o governo russo convocou um plebiscito para definir o futuro político da Chechênia. A grande maioria dos votantes apoiou a permanência da Chechênia no interior da Federação Russa. Observadores internacionais questionaram a legitimidade dos resultados, dadas as condições em que as eleições foram realizadas. Ademais, os resultados foram entendidos pelo governo russo como apoio explícito dos chechenos às propostas de Moscou.

Quais os interesses da Rússia em manter a Chechênia sob seu controle? Basicamente são duas as razões. A primeira delas, essencialmente econômica, está ligada ao fato de que o território checheno é cortado por dutos que levam o petróleo produzido na bacia do Cáspio para os portos russos do mar Negro. A outra é de natureza geopolítica, pois uma Chechênia independente estimularia outras repúblicas autônomas da Federação Russa a tentar seguir o mesmo caminho. Se isso viesse a ocorrer, o território russo ficaria praticamente reduzido ao que era o principado de Moscou do século XIV.

Por causa de toda a gama de interesses envolvidos, pode-se prever que a questão da Chechênia ainda está longe de ser resolvida.

A natureza, a história e as regionalizações da Europa

Até onde vai a Europa? Quais são os países que compõem o continente europeu? Quais são os critérios que permitem dividir o seu território em regiões? Sob o ponto de vista tradicional da geografia, a Europa nada mais é do que uma extensa península do continente asiático. A oeste, norte e sul, não pairam dúvidas quanto aos limites do continente, já que as águas do Atlântico, através do mar do Norte, do Báltico e do Mediterrâneo separam claramente as terras europeias dos outros continentes.

O problema coloca-se a leste, onde não existe mar ou oceano separando as terras "europeias" das "asiáticas". Por isso, tradicionalmente, os geógrafos consideram que o limite entre a Europa e a Ásia são os montes Urais, conjunto montanhoso que nunca se constituiu num obstáculo intransponível, em função das suas modestas altitudes. Além disso, ao norte do mar Cáspio passa-se, de forma quase imperceptível, das imensas planícies do leste da Europa para a planície Siberiana, que se estende pelo leste da Ásia.

Durante muito tempo a Europa foi considerada um conjunto geográfico sem significação política. Era sua diversidade de paisagens naturais que balizava as propostas de regionalização. Com base nos dados da natureza, o continente era dividido do ponto de vista climático (regiões de clima mediterrâneo, temperado oceânico, temperado continental e subpolar), morfológico (domínio de planícies e escudos antigos do centro-norte, em contraposição ao domínio de cadeias montanhosas de formação terciária do centro-sul) ou hidrográfico (Europa "danubiana", Europa "renana" etc.).

No entanto, o conceito de Europa sempre esteve impregnado de história, fato comprovado pelas grandes mudanças ocorridas nas fronteiras dos Estados ao longo do tempo. Essas mudanças geopolíticas jamais mantiveram relações significativas com os quadros naturais.

Durante a Guerra Fria, a partir de uma concepção geopolítica, passou-se a dividir o continente em Europa ocidental (os países capitalistas aliados dos Estados Unidos) e oriental (os países socialistas subordinados à União Soviética). Esse modelo de regionalização entrou em colapso com a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, em 1989-1991.

Ainda durante a Guerra Fria, outro problema se colocava: onde incluir a URSS? Houve certa tendência a se considerar a superpotência como algo distinto da Europa, usando-se como pretexto o fato de que cerca de 70% das terras soviéticas localizavam-se na Ásia, isto é, a leste dos Urais. Em contrapartida, atualmente tornou-se comum incluir toda a Rússia no continente europeu, sob o argumento de que, tanto na orla do Pacífico como na Sibéria, a maioria da população é eslava e, portanto, de raízes europeias. Entre os próprios russos não há consenso sobre uma identidade "europeia", "asiática" ou "euroasiática".

A noção de uma Europa que se estenderia do Atlântico ao Pacífico ganhou alento, no final da década de 1980. O Secretário-Geral do Partido comunista da URSS Mikail Gorbatchov propôs a criação da "Casa Comum Europeia", ampliação da ideia da Europa "do Atlântico aos Urais", formulada pelo ex-presidente francês Charles De Gaulle na década de 1960. A expansão da Organização do Tratado do

Atlântico Norte (Otan) aos países da antiga Cortina de Ferro e a incorporação de quase todos os Estados dessa região à União Europeia criaram novos problemas à questão da regionalização do continente.

As dificuldades para se delimitar e regionalizar a Europa afetaram até o futebol. Durante a Guerra Fria, a seleção de futebol da antiga União Soviética sempre participou do grupo europeu, tanto em eliminatórias para a Copa do Mundo como em torneios entre seleções nacionais.

Com a fragmentação da União Soviética em quinze repúblicas independentes, a regionalização futebolística mudou. A Rússia, os Estados Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia), a Belarus, a Ucrânia, a Moldova e os países do Cáucaso (Geórgia, Armênia e Azerbaijão) participam do grupo europeu. As cinco repúblicas da antiga Ásia central soviética (Casaquistão, Usbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Quirguistão) participam do grupo asiático. É o futebol se adaptando à arquitetura geopolítica.

A invenção dos Estados na África ocidental

A África ocidental é uma das áreas componentes da África subsaariana, região do continente que congrega cerca de 40 países. A África ocidental compreende, numa visão mais ampla, quinze países. Em termos mais restritos, a região é formada por doze. Assim, o Mali, o Níger e Burkina Fasso — três Estados interiores,

com expressivas porções desérticas e significativa influência árabe-muçulmana, são os excluídos. Os países considerados nessa região são aqueles localizados entre a foz do rio Senegal e a fronteira entre a Nigéria e Camarões, todos banhados pelas águas do Atlântico e do golfo da Guiné.

Perfazendo uma área de aproximadamente 2,3 milhões de km², os países ali presentes abrigam efetivo populacional de quase 250 milhões de pessoas, das quais aproximadamente a metade habita a Nigéria, de maior superfície. Do ponto de vista cultural, a África ocidental é um verdadeiro mo-

saico de povos predominantemente negro-africanos. É também uma área de contato entre seguidores de crenças ancestrais (denominadas animistas), do cristianismo (trazido pelos colonizadores europeus) e do islamismo (difundido no passado por povos árabes e que vem crescendo e renovando seu vigor religioso na atualidade). Essa diversidade etnocultural ajuda a explicar os inúmeros conflitos e tensões que ocorreram e que ainda ocorrem na região.

Assim como no restante do continente, a África ocidental sofreu o impacto do colonialismo europeu. As linhas gerais da divisão colonial da África foram definidas na Conferência de Berlim (1884-1885). Ela não dividiu o continente em colônias, mas fixou as regras que deveriam ser seguidas pelas potências europeias no processo de partilha da África. Só na última década do século XIX foram estabelecidas bases coloniais e iniciou-se o processo de definição do traçado das fronteiras.

Esse traçado ignorou os espaços étnicos e culturais pré-existent e apoiou-se em linhas (paralelos e meridianos) ou acidentes naturais como os rios ou divisores de águas. Os cursos fluviais, em particular, foram de fundamental importância como eixos de penetração por parte dos colonizadores.

Durante o período colonial, as metrópoles europeias criaram

divisões administrativas no interior de seus domínios. Elas quase sempre tinham funções ligadas à distribuição das forças militares ou ao controle de cidades e áreas de exploração mineral. Essa base de poder político-administrativo e econômico montada durante a época colonial transferiu-se, após a independência, para as elites locais que, por regra geral, exerceram seu poder de forma autoritária.

Em boa parte dos casos, essas elites representavam apenas um dos grupos étnicos do novo país e excluíam por completo as etnias rivais. Por exemplo, os afro-americanos da Libéria (menos de 5% da população) mantiveram o poder político desde a independência do país em 1847, até 1980.

A presença colonial na África ocidental foi bem variada. Assim, a França exerceu seu domínio sobre o Senegal, Guiné, Costa do Marfim e Benin. A Grã-Bretanha colonizou a Gâmbia, Gana, Serra Leoa, Nigéria e Togo (colônia alemã até o final da Primeira Guerra Mundial). O colonialismo português esteve presente na Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Já a Libéria, criada por escravos libertos dos Estados Unidos em 1847, foi o único país africano, juntamente com a Etiópia, não colonizado. À exceção da Libéria, todos os demais países da África ocidental ficaram independentes após 1958.



África Ocidental: conflitos e recursos

Numa região de grande diversidade etnocultural, as rivalidades entre as potências coloniais e as políticas desenvolvidas no interior de suas respectivas colônias geraram fronteiras artificiais e arbitrárias, que se mantiveram intocadas após a independência. A existência de grupos etnoculturais com tradição de rivalidades e antagonismos no interior dessas fronteiras tem sido fonte quase inesgotável de conflitos e tensões.

Para tornar ainda mais complexo esse quadro, juntou-se novo fator: a ganância pela exploração dos expressivos recursos naturais existentes na região (diamantes, ferro, madeiras nobres, petróleo, ouro, entre outros). Os recentes

conflitos e tensões no interior do Senegal, Gâmbia, Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim e Nigéria exemplificam a situação. No contexto geopolítico regional, a Nigéria, apesar de seus enormes problemas internos, é o país de maior importância geopolítica. Isso decorre não só do fato de concentrar cerca de metade da população da região, mas também de sua expressão econômica. O PIB (Produto Interno Bruto) do país representa pouco mais de 50% de toda a produção de riquezas geradas pelos países da África ocidental. Essa é uma das razões que fez da Nigéria o país líder da Comunidade Econômica dos Estados da África ocidental.